

*Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC*

**Ata da 36<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Comitê Gestor**

A **36<sup>a</sup> Reunião Ordinária** do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ocorreu no **dia 6 de novembro de 2024**, entre as 09h49 e as 12h23, na modalidade presencial e por videoconferência, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

**v Participantes**

**Membros do Comitê Gestor:**

**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA**

- João Paulo Capobianco (presidente);
- Ana Toni (suplente)
- Aloisio Lopes Pereira de Melo (titular);
- Érico Rial Pinto da Rocha (suplente);

**Casa Civil da Presidência da República;**

- Diogo Victor Santos (suplente);

**Ministério da Fazenda**

- Cristina Fróes de Borja Reis (titular);
- Mario Augusto Gouvea de Almeida (suplente);

**Ministério da Agricultura e Pecuária**

- Carlos Ernesto Augustin (titular);
- Cleber Oliveira Soares (suplente);

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**

- Rodrigo Rollemburg (titular);
- Gustavo Saboia Fontenele e Silva (suplente);

**Ministério de Minas e Energia**

- Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (titular);
- Leandro de Oliveira Albuquerque (suplente);

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

- Wesley Matheus de Oliveira (suplente);

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- Márcio Rojas da Cruz (suplente);

Ministério das Cidades

- Luiz Paulo de Oliveira Silva (titular);

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Moises Savian (titular);

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (titular);
- Gabriel Ferraz Aidar (suplente);

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

- Luiz Drude de Lacerda (titular);

Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

- Flávia Fragetto (suplente);

Organizações da Sociedade Civil Organizadas

- Suely Araújo (titular);
- Natalie Unterstell (suplente);

Confederação Nacional da Indústria

- Juliana Borges de Lima Falcão (suplente);

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

- Rodrigo Justus de Brito (titular);
- Nelson Ananias Filho (suplente);

Trabalhadores da Área Urbana

- Eduardo Armond Cortes de Araújo (titular);

Movimento Negro

- Gisele Brito (suplente);

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA

- Ísis Rafaela Rodrigues da Silva (titular);

Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (titular);

#### Outros participantes:

- Rodrigo Martins Vieira – Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Miriam Jean Miller – Coordenadora-Geral de Fundos do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Rodrigo Ferreira Barros - Ministério dos Povos Indígenas (Ouvinte);
- Francisco Paiva - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Ouvinte);

#### ✓ ABERTURA

O Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, iniciou a reunião com a verificação do quórum, conduzida pelo Diretor Rodrigo Vieira. Rodrigo Ferreira Barros informou aos demais sobre a substituição dos representantes do Ministério dos Povos Indígenas e que acompanharia a reunião para repasse aos novos indicados. Após a verificação do quórum, registrados 19 (dezenove) presentes, teve início a reunião.

#### ✓ PAUTA

A documentação referente à pauta foi enviada com o ofício de convocação, com quinze dias de antecedência, conforme estabelecido no inciso I, § 6º, do art. 14 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. **A pauta foi aprovada por unanimidade, conforme transcrita abaixo:**

Pauta de Deliberação:

- Abertura e verificação do quórum;
- Aprovação da pauta;
- Aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor;
- Apresentação sobre a execução dos recursos reembolsáveis do Fundo Clima em 2024 (BNDES);
- Apresentação sobre a execução dos recursos não reembolsáveis do Fundo Clima (MMA);
- Apresentação sobre o Programa Eco Invest Brasil (STN/MF);
- Informes e conclusão.

#### ✓ DELIBERAÇÕES

##### ✓ Aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária

O primeiro item de deliberação foi a aprovação da ata da 35ª Reunião Ordinária. A ata havia sido enviada por correio eletrônico a todos os representantes para apreciação e eventuais contribuições. As contribuições foram compiladas pela Secretaria-Executiva do Comitê Gestor e a versão final foi enviada para validação pelos representantes.

Após aprovação virtual, a ata foi encaminhada juntamente com a documentação da reunião. O Presidente do Comitê Gestor consultou os representantes se haveria alguma consideração sobre a ata e informou que a aprovação durante a reunião formaliza a aprovação virtual. O Conselheiro Eduardo Armond Araújo, representante dos Trabalhadores da Área Urbana, informou que suas sugestões haviam sido incorporadas ao texto. Não havendo manifestação, o Presidente agradeceu a contribuição e colocou a aprovação da ata em votação. **Resultado: ata aprovada por unanimidade.**

## V APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

### ✓ Apresentação sobre a execução dos recursos reembolsáveis do Fundo Clima

O Presidente do Comitê, João Paulo Capobianco, passou a palavra à Diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, para apresentar um balanço parcial relativo aos recursos reembolsáveis do FNMC até a data de 31 de outubro de 2024. Ela reforçou o compromisso do BNDES com a transparência e o controle social e comentou sobre a importância dos resultados, que indicam mudança de patamar tanto na disponibilização dos recursos, que passaram de 400 milhões de reais, na média histórica, a 10,4 bilhões de reais em 2024, quanto na velocidade de sua execução.

A Diretora destacou o significativo aumento na aprovação e execução dos recursos reembolsáveis do FNMC entre abril, data da assinatura do contrato entre o BNDES e o MMA, etapa que possibilita a efetiva transferência de recursos para o banco, e outubro de 2024. Durante esse período de sete meses, foram aprovados projetos que totalizam R\$ 7,365 bilhões, refletindo a alta demanda por um desenvolvimento mais justo e sustentável, e a capacidade do BNDES em capturar essa demanda. O montante de recursos aprovados em 2024 (R\$ 7,365 bi) foi cerca de 2,5 vezes superior ao total aprovado desde 2013 (R\$ 3 bilhões em preços atuais).

Além disso, a Diretora Tereza Campello (BNDES) destacou em sua apresentação os seguintes pontos:

- O orçamento previsto de R\$ 10,4 bilhões divide-se para: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidades verdes, transição energética, serviços e inovações verdes;
- O valor orçamentário previsto de R\$ 456 milhões é especificamente destinado a florestas nativas e recursos hídricos, com rito próprio de aprovação;
- O valor orçamentário correspondente aos projetos já aprovados divide-se pelas temáticas da seguinte forma: R\$ 44 milhões em desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; R\$ 686,7 milhões em indústria verde; R\$ 1,5 bilhões em logística de transporte, transporte coletivo e mobilidades verdes; e R\$ 5,1 bilhões em transição energética.
- Após as celebrações dos contratos, todas as informações também são disponibilizadas na página do BNDES;

- A participação dos estados e municípios foi limitada em 2024 devido às restrições do período eleitoral, com plano de capacitação municipal previsto a partir de janeiro de 2025;
- O total de projetos protocolados no BNDES, dentre os já aprovados e os que ainda se encontram em análise, totaliza o montante de cerca de R\$ 21,55 bi;
- As estimativas de desembolso da carteira atual de R\$ 10 bilhões são de R\$ 6,6 bilhões em 2025 e R\$ 3,4 bilhões em 2026;
- Para eventual carteira dos R\$ 21,6 bilhões, considerando os orçamentos de 2024 e 2025, seria estimado desembolso de R\$ 7,2 bilhões em 2025 e R\$ 10,4 bilhões em 2026;
- O valor de R\$ 456 milhões destinado ao apoio a Florestas Nativas e Recursos Hídricos enfrenta obstáculos devido ao caráter inovador e de longo prazo do setor, sobrepostos aos riscos tradicionais da agricultura a desafios para estruturação e aprovação dos projetos, de natureza singular;
- Outro desafio no apoio a Florestas Nativas remonta ao fato de as empresas atuantes também serem novas, com dificuldades na apresentação de garantias e no acesso a crédito;
- Neste sentido, nessa área temática, cerca de R\$ 80 milhões foram aprovados até 31 de outubro de 2024, com a possibilidade de aprovação de R\$ 120 milhões até dezembro de 2024 e pipeline de 2,1 bilhões para os anos subsequentes;
- O BNDES Florestas Crédito, lançado em setembro de 2024, busca enfrentar um dos gargalos identificados no apoio a Florestas Nativas e Recursos Hídricos: o pouco tempo de vida das empresas do setor e o baixo apetite de bancos comerciais para atuar com esses empreendimentos;
- Em mapa com a distribuição geográfica do total dos recursos aprovados, visualiza-se a ampliação do número de estados das regiões Norte e Nordeste contemplados e o adensamento do volume de recursos entre 2022 e 2024;
- O volume de recursos aprovados aumentou 19 vezes na região Nordeste, 5,3 vezes na região Norte e na região Sudeste, 13 vezes na região Centro-Oeste e 4,3 vezes na região Sul (2022-2024);
- Os valores absolutos destinados a micro e pequenas empresas aumentaram, de R\$ 371 milhões em 2022 para R\$ 1,1 bilhão em 2024;
- No resultado relativo a emissões de gases de efeito estufa evitadas, verifica-se que relativamente a 2023 (204 mil t CO<sub>2</sub>/ano) as emissões evitadas aumentaram 17 vezes em 2024 (3,3 milhões t CO<sub>2</sub>/ano), ao passo que as aprovações aumentaram cerca de 9 vezes, o que denota alto potencial de mitigação dos novos projetos;
- Na implementação dos projetos do Fundo Clima, em sua modalidade reembolsável, foram criados 1.867 empregos verdes em 2023 e 46.282 em 2024; já empregos permanentemente criados foram 753 em 2023 e 15.181 em 2024;
- Também foram apresentadas informações sobre o fomento estruturado: para incrementar o financiamento nas regiões Norte e Nordeste, conforme demanda do Comitê Gestor, realizou-se ampla gama de reuniões para divulgação do Fundo Clima, como por exemplo com os governadores do Consórcio Brasil Verde em julho de 2024;

O Presidente do Comitê, João Paulo Ribeiro Capobianco, destacou que, apesar das dúvidas iniciais, os recursos dos títulos verdes soberanos apresentaram alta demanda, superando as expectativas iniciais e indicando grande interesse do setor privado no modelo do BNDES.

João Paulo Capobianco destacou os desafios identificados para transformar o restauro e o manejo sustentável de florestas em oportunidades, como acesso a crédito e tecnologias. A iniciativa do BNDES busca garantir crédito para manejo, aumentando a competitividade das concessões e alinhando-se ao Plano Nacional de Vegetação Nativa (Planaveg), que projeta recuperar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030.

O Conselheiro Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, representante da ANAMMA, consultou sobre o quantitativo de recursos disponibilizados para estados e municípios.

A Conselheira Cristina Reis, representante do Ministério da Fazenda, elogiou os resultados positivos, que indicam direcionamento para transformação ecológica. Apontou que os títulos soberanos trouxeram um impulso grande para o Fundo Clima e se somam à agenda e outros planos de governo relacionados à transformação ecológica, tais como Nova Indústria Brasil, Plano de Transição Energética, Programa Eco Invest entre outros, com destaque final para a proposição legislativa sobre o sistema brasileiro de comércio de emissões para a regulação do mercado de carbono, a ser em breve votada no Senado Federal. A proposição foi dialogada com BNDES, MMA, MDIC, e setor produtivo e prevê alocação de parte dos recursos no Fundo Clima nos primeiros cinco anos contados da data que houver o primeiro ingresso de receitas. A Conselheira considerou que o Brasil tem criado belas soluções diante de endurecimento do combate à mudança do clima.

A Conselheira Sueli Araújo, representante das Organizações da Sociedade Civil Organizadas, comentou sobre a relevância dos resultados apresentados e sobre a distribuição regional dos recursos, que atendia a demanda inicial no âmbito do Comitê. Identificou um ponto de atenção relativo à redução da proporção de recursos aprovados para micro e pequenas empresas (15%), dentre o total de recursos aprovados.

Sueli Araújo (OSC) comentou ainda sobre o risco de concentração em grandes contratos afetar a eficácia da redução de emissões, destacando a importância do diálogo no Comitê Gestor do FNMC. Ela questionou sobre o valor destinado a megaprojetos entre os 7,3 bilhões aprovados em 2024 e se a alocação de todos os recursos em 2024 limitará a disponibilidade de recursos para municípios em 2025.

O Secretário Executivo João Paulo Capobianco destacou a necessidade de ampliar os beneficiados e efetivar a redução de emissões e a geração de empregos verdes. Comentou sobre os planos setoriais de adaptação, que precisarão de recursos, ressaltando o Fundo Clima como agente implementador da adaptação.

A Diretora Tereza Campello (BNDES) respondeu que em 2025 não prevê competição entre municípios e outros atores, em razão do orçamento disponível e da necessidade de preparar os novos gestores para o acesso aos recursos. O desafio será garantir que projetos municipais sigam os parâmetros do Fundo Clima e que localidades mais afetadas pela mudança climática possam apresentar e executar projetos adequados.

Nessa linha, a Diretora informou sobre o contato do BNDES com a Frente Nacional de Prefeitos e a Associação Brasileira de Municípios para viabilizar a agenda do Fundo Clima e de outros recursos. Destacou a aprovação de R\$ 1 bilhão para a eletrificação de ônibus, e comentou a necessidade de transparência no projeto do lítio, essencial para garantia de baterias na transição ecológica.

O Conselheiro Eduardo Armond, representante dos Trabalhadores da Área Urbana, questionou os tipos de investimento por região e sugeriu focar na eletrificação do transporte de natureza escolar.

O Conselheiro Carlos Ernesto Augustin, do Ministério da Agricultura e Pecuária, elogiou o Fundo Clima e destacou a necessidade de parcerias internacionais para viabilizar o etanol de milho, além de apontar o desafio da conversão cambial para financiamento internacional.

A Conselheira Flavia Frangetto Castanho, representante do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, perguntou, sobre a redução de emissões de gases do efeito estufa, quanto o resultado obtido representa oficialmente para efeito da entrega da NDC brasileira.

A Conselheira Gisele Brito, representante do Movimento Negro, demonstrou preocupação com o padrão de concentração de recursos, solicitando a observância do princípio de justiça climática na transição energética, e sobre a classificação de inovação dos grandes projetos financiados.

A Conselheira Natalie Unterstell comentou sobre o quantitativo de redução de emissões de GEE, em especial em comparação com outros fundos climáticos, sugerindo para o próximo PAAR o estabelecimento de uma meta relativa a emissões evitadas ou reduzidas.

O Conselheiro Rodrigo Rollemburg (MDIC) destacou que projetos inovadores do Fundo Clima podem se alinhar ao Plano de Transformação Ecológica ou à Missão 5 da Nova Indústria, integrando a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica – BIP lançada pelos ministros Fernando Haddad e Marina Silva. Ele mencionou o etanol de segunda geração e o combustível sustentável de aviação como potenciais beneficiários.

A Secretaria Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni (SMC/MMA), parabenizou o trabalho do BNDES de levantamento e mobilização de recursos com menor custo para a transição energética e comentou que dentre os desafios atuais estão a elaboração de projetos pelos proponentes, bem como fazer chegar aos municípios tais recursos, capacitando-os para a apresentação de projetos.

A Diretora Socioambiental do BNDES finalizou os comentários, demarcando avanços relativos a transportes escolares como de escopo majoritariamente municipal, bem como a montagem de pacotes diferenciados, com recursos originários não só do Fundo Clima. Ela esclareceu que a redução da emissão de GEE é avaliada ao ano, diferentemente de métricas de outros fundos ambientais, como o Green Climate Fund –

a GCF que consideram a vida útil completa dos projetos, e reconheceu a utilidade de uma meta relativa à redução de emissões.

O Presidente do Conselho, João Paulo Ribeiro Capobianco, agradeceu pelas manifestações e encerrou a discussão, passando ao próximo tópico da pauta.

✓ Apresentação sobre a execução dos recursos não reembolsáveis do Fundo Clima

O Diretor do DFRE, Rodrigo Vieira, apresentou os resultados referentes aos recursos não reembolsáveis do Fundo Clima, sob gestão do Ministério do Meio Ambiente. Os projetos foram selecionados por meio do Edital FNMC/FNMA 1/2023, voltado à redução da vulnerabilidade à mudança do clima em áreas urbanas e rurais. No total foram aprovadas 71 propostas. As sete primeiras classificadas. Em 2024, o Comitê autorizou o MMA a destinar o orçamento não reembolsável para o apoio a mais sete projetos aprovados naquele Edital. Os projetos contratados em 2024 foram: Associação Humana para Povo Brasil (R\$ 798.681,97); Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombos Carrasco (R\$ 422.600,00); WE World – GVC Brasil (R\$ 799.298,58); Polis Instituto de Estudos Forma e Assessoria em Políticas Sociais (R\$ 799.885,50); Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Urucuia (R\$ 260.791,00), Ibramar – Instituto Brasileiro de Recursos Ambientais e Assessoria Rural (R\$ 311.689,92).

Em seguida, o Diretor informou que relatórios detalhados sobre a execução de cada projeto serão apresentados na primeira reunião do Comitê de 2025. O Presidente João Paulo Ribeiro Capobianco agradeceu a apresentação e passou ao próximo item da pauta.

✓ Apresentação sobre o Programa Eco Invest Brasil (STN/MF)

O Presidente passou a palavra ao representante da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Fazenda, Mario Augusto Gouvêa de Almeida, para apresentar o Programa Eco Invest Brasil. O representante iniciou sua fala destacando que o Eco Invest é uma ação dentro do Plano de Transformação Ecológica e saudando a integração do Eco Invest ao Fundo Clima.

Em seguida, comentou que o Plano de Transformação Ecológica (PTE) tem seis pilares - Finanças Sustentáveis, Adensamento Tecnológico, Bioeconomia, Transição Energética, Economia Circular, Nova Infraestrutura Verde e Adaptação - sendo as atividades financeiráveis pelo Eco Invest compatibilizadas com o Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR.

Em sua apresentação Mario Augusto de Almeida destacou os seguintes pontos:

- O custo de capital no Brasil (12,2%) é cerca de três vezes maior que na Europa (4,0%);
- Baixa liquidez em instrumentos de derivativos cambiais de longo prazo;
- A Lei 14.995/2024 alterou o Fundo Clima e criou uma linha de mobilização de capital externo, com quatro sublinhas: *Blended Finance*, Facilidade de Liquidez Cambial de Longo Prazo, Fomento à Proteção Cambial e Estruturação de Projetos;

- A sublinha “*Blended Finance*” busca redução do custo de capital por meio de funding misto, com leilões de recursos públicos a custos atrativos, para promoção da integração de empresas brasileiras no sistema financeiro global, atração de investimentos estrangeiros e fomento de uma economia sustentável e resiliente;
- A sublinha “Facilidade de liquidez cambial a longo prazo”, por sua vez, promove a mitigação dos desafios enfrentados por empresas com dívidas em moeda estrangeira e receitas geradas em reais brasileiros, em casos de desvalorização significativa, permitindo uma gestão eficaz de caixa e aprimoramentos de crédito
- A sublinha de “Fomento à Proteção Cambial” trata da redução de custo para a proteção cambial de longo prazo, atraindo investimentos estrangeiros diretos para projetos verdes, e criando uma camada de retenção de risco de cauda dos projetos com derivativos cambiais;
- A sublinha “Estruturação de Projetos” trata da catalisação do desenvolvimento de grandes iniciativas sustentáveis no Brasil por meio da criação de uma rede descentralizada de projetos, buscando preencher a lacuna atual no cenário de projetos verdes do país;
- O primeiro leilão do Eco Invest ocorreu com a publicação de portaria do Ministério da Fazenda em julho de 2024. Foram recebidos 23 lances acima da alavancagem mínima (6) de dez instituições financeiras, com demanda de R\$ 6,9 bilhões e potencial de alavancagem de R\$ 45,2 bilhões em projetos elegíveis, com taxa de alavancagem média total dos lances de 6,6;
- As atividades elegíveis ao financiamento no primeiro leilão dividem-se em quatro eixos: Transição Energética, que inclui fontes renováveis e eficiência energética; Economia Circular, abrangendo a gestão de resíduos; Nova Infraestrutura Verde e Adaptação, com ênfase em edifícios eficientes e gestão de riscos; e Bioeconomia, focando na produção agropecuária sustentável e conservação da biodiversidade;
- O relatório de pré-alocação precisa estar alinhado ao PAAR e ao PTE, incluindo setores financiáveis e excluindo itens como álcool, armas, tabaco, jogos de azar, combustíveis fósseis e atividades que causem danos ambientais ou violem direitos humanos, conforme os critérios do primeiro leilão;
- Caso algum projeto elegível que recaia em algum critério de exclusão ou salvaguarda seja financiado por instituição contemplada, o recurso deve ser devolvido com correção e a instituição financiadora desabilitada;
- O primeiro leilão adotou critérios adicionais, como a exclusão da energia solar, da energia eólica e da transmissão (exceto se integração com sistemas isolados), e priorizações adicionais (áreas degradadas, bioeconomia, biocombustíveis, exportação de bens e serviços brasileiros, ampliação de conteúdo local em máquinas e equipamentos, adensamento tecnológico);
- A instituição financeira deve demonstrar como os requisitos foram tratados em um relatório de pré-alocação; dentre os pontos a serem abordados estão limites máximos e mínimos em cada atividade elegível, cronograma estimado das operações, multiplicador esperado sobre a economia e a lista das instituições financeiras contratadas;
- Na pré-homologação do resultado do 1º leilão da sublinha *Blended finance*, a alocação dividiu-se entre os eixos transição energética (49%), economia circular

(29%), bioeconomia e sistemas agroalimentares (12%), infraestrutura e adaptação (10%);

- Destaca-se a demanda elevada para combustível sustentável para aviação (eixo transição energética), sinalizando interesse neste tipo de projeto;
- Sobre o cronograma de desembolso, está prevista a liberação de 25% após a homologação, conforme a classificação da alavancagem – a comprovação da mobilização de capital permitirá a liberação das tranches seguintes;
- O relatório de alocação, que deve ser apresentado após vinte e quatro meses, incluirá informações detalhadas sobre os projetos financiados, distribuição geográfica e impacto social e ambiental;
- Dentre os normativos que estabelecem tais requisitos estão a Lei 14.995/2024, a Resolução CMN 5.130/2024 e a Portaria MF 964/2024. Ressalta-se ainda a importância do Comitê Executivo do Eco Invest, composto por: Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA e Secretaria Executiva do MMA; o Comitê tem competências como a homologação dos resultados dos leilões, aprovação da prestação de contas dos agentes financeiros, dentre outras;
- Na estrutura de governança, a instituição financeira submete o relatório de pré-alocação conforme o modelo de emissão soberana sustentável, e posteriormente submete o relatório de alocação à auditoria contábil independente e de entidade ambiental renomada;
- Os mecanismos de controle incluem infrações e penalidades aplicáveis, sendo a não aplicação do recurso em vinte e quatro meses sujeita a justificativa, e devendo o índice de alavancagem não atingido demonstrar as contrapartidas acordadas, além da desclassificação no caso de aplicação em projetos não elegíveis, dentre outras penalidades previstas;
- Nos próximos passos, vislumbra-se realização de leilão *Blended finance* para recuperação de pastagens degradadas com enfoque na recuperação dos biomas Cerrado e Caatinga, fruto de diálogo entre o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura e Pecuária, e o MMA;

O Presidente do Comitê Gestor agradeceu o representante do Ministério da Fazenda pela apresentação e abriu a palavra aos representantes.

Francisco Paiva, Diretor de Descarbonização do MDIC, comentou sobre a necessidade de conectar o Eco Invest com as políticas dos Ministérios e perguntou sobre a inclusão de um componente local para o desenvolvimento.

Suely Araújo, representante das Organizações da Sociedade Civil, destacou a importância de submeter mudanças estruturais do Fundo Clima ao Comitê Gestor. Ela questionou a definição de prioridades para investimentos no Programa Eco Invest Brasil e opinou que o alinhamento com o PAAR não é suficiente, por ser muito genérico.

Eduardo Armond de Araújo, representante dos Trabalhadores da Área Urbana, expressou preocupação com a falta de mão de obra qualificada. Ele sugeriu que o PAAR incluisse contrapartidas para a requalificação profissional das empresas financiadas, destacando a situação crítica na engenharia elétrica.

Luiz Drude de Lacerda, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, destacou a importância de priorizar projetos em florestas alagadas na Amazônia e no Pantanal para a redução de CO<sub>2</sub>, devido ao seu alto potencial de sequestro de carbono.

Aloisio Lopes Pereira de Melo (MMA) elogiou o BNDES pelo desempenho apresentado, reconhecendo a capacidade de identificar desafios e desenhar instrumentos eficazes que integram recursos públicos e privados. Destacou ainda a importância do alinhamento e da convergência de instrumentos para a descarbonização – no entanto, tal alinhamento deve ser realizado ao nível macro e estratégico, utilizando o Plano Clima como norte para a definição de diretrizes e prioridades, que por sua vez deverão ser refletidas no PAAR e nos leilões do Eco Invest, e não de maneira desestruturada e por demanda.

Mario Augusto Gouvea de Almeida, representante do Ministério da Fazenda comentou que o primeiro leilão do Programa Eco Invest teve caráter genérico e que a intenção é promover leilões específicos no futuro. Adicionalmente, reforçou a importância do elo com o Plano de Transformação Ecológica e o Plano Clima com o Eco Invest, que consiste em instrumento de engenharia financeira para viabilizar prioridades setoriais indicadas pelo Governo Federal.

João Paulo Ribeiro Capobianco, Presidente do Comitê, apontou o crescimento do Fundo Clima e a responsabilidade estratégica do Comitê Gestor para definição de diretrizes, critérios e prioridades, sem entrar nos pormenores operacionais. Mencionou ainda a possibilidade de estabelecimento de critérios adicionais e específicos para o Fundo sugeriu uma reunião para discutir o próximo PAAR e aprimorar mecanismos, assegurando a eficiência e agilidade na implementação dos projetos.

Ana Toni, Secretária Nacional de Mudança do Clima (MMA), comentou sobre a nova dimensão dos recursos e da estrutura do Fundo Clima, lembrando a aproximação de deliberação sobre o PAAR no início do ano e destacando o aumento da responsabilidade do Comitê.

Encerrada a discussão, o Presidente do Conselho, João Paulo Ribeiro Capobianco, agradeceu a todos pela participação e passou ao próximo item da pauta, repassando a palavra ao Diretor Rodrigo Martins Vieira para informes.

#### ✓ Informes e conclusão:

O Diretor do DFRE/Secex, Rodrigo Martins Vieira retomou o ponto da discussão anterior sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) para informar que na próxima reunião, prevista para acontecer no início de 2025, já se iniciaria a discussão sobre as linhas do PAAR, para alinhamento de questões conceituais, postergando a definição de valores para reunião online após aprovação da LOA. Ele reforçou que seria respeitado o prazo regimental de antecedência para envio dos documentos a serem discutidos e deliberados. Em seguida, disponibilizou a palavra.

A Diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, agradeceu aos presentes, informando que o BNDES já está preparando sugestões para o PAAR 2025.

A Conselheira Cristina Reis, do Ministério da Fazenda, comentou o alinhamento do FNMC com as demais políticas do governo relacionadas ao desenvolvimento sustentável, bem como com as demandas da sociedade civil e do setor privado.

O Conselheiro Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, representante da ANAMMA, colocou a Associação à disposição do BNDES para o acompanhamento de reuniões técnicas sobre os assuntos tratados.

O Presidente do Conselho, João Paulo Ribeiro Capobianco agradeceu aos participantes e parabenizou pelo trabalho. Ressaltou a importância da reunião previamente à COP 29, apontando-a como grande oportunidade de compartilhar e disponibilizar informações atualizadas naquele fórum. Por fim, assegurou esforços do MMA para a elaboração do próximo Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR com a brevidade possível.

V **ENCERRAMENTO**

Não havendo mais a tratar, a reunião foi concluída às 12h23.